

COMPADRIO E FAMÍLIAS ESCRAVAS EM MANICORÉ NO SÉCULO XIX (1868-1880)

COMPADRIO AND SLAVE FAMILIES IN MANICORÉ IN THE 19TH CENTURY (1868-1880)



THAIZA COLARES MAGALHÃES*

Resumo

O presente texto tem como intuito analisar o sistema de compadrio adotado pelas famílias escravizadas na freguesia de Manicoré. Para tanto, utilizará como fonte principal os registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora das Dores, que abarca os anos de 1868 a 1880. A carência de estudos voltados para essa região do rio Madeira e o pouco uso dos registros eclesiásticos dentro da historiografia regional compõe as motivações desse projeto. O contexto que abarca o período de análise corresponde às transformações relacionadas à produção da goma elástica; fator que atraiu interesses além-mar para a região, na qual produziu-se mais da metade da borracha produzida em toda a província. Esta fonte possui uma rica quantidade de informações, que pode ajudar a pensar nas estratégias de vida utilizadas pelas famílias escravizadas quando escolhiam determinados indivíduos como padrinhos e madrinhas de seus filhos. Nesta pesquisa, os padrões indicam para uma relação de compadrio de cunho vertical, envolvendo proprietários de escravos, seringalistas, comerciantes e militares.

Palavras-chave: registro de batismo; compadrio; família escrava; Rio Madeira.

Abstract

This project aims to analyze the system of cronyism adopted by enslaved families in the parish of Manicoré. To do so, it will use as its main source the baptism records of the parish of Nossa Senhora das Dores, which covers the years from 1868 to 1880. The lack of studies focused on this region of the Madeira River and the little use of ecclesiastical records within the regional historiography composes the motivations of this project. The context that encompasses the period of analysis corresponds to the transformations related to the production of elastic gum; factor that attracted overseas interests to the region, in which more than half of the rubber produced in the entire province was produced. This source has a rich amount of information, which can help to think about the life strategies used by enslaved families when they chose certain individuals as godfathers and godmothers of their children. In this research, the patterns point to a vertical relationship of cronyism, involving slave owners, rubber tappers, merchants and the military.

Keywords: parochial records; godparenthood; slave family; Madeira River.

Introdução

Este trabalho busca analisar o sistema de compadrio articulado pelas famílias escravas na povoação de Manicoré, localizada no rio Madeira, província do Amazonas, através dos registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora das Dores entre 1868 a

* Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: thaizacolares@gmail.com.



1880. A problemática dessa pesquisa gira em torno da escolha dos padrinhos para o ato do batismo, pela qual busca-se levantar questões referentes as redes de sociabilidades que essas famílias almejavam construir, dentro das limitações que a fonte nos impõe como por exemplo a ausência do indicativo de profissão ou parentesco.

O período analisado compreende o contexto de expansão da economia gomífera entre a década de 1860 e finais do decênio de 1880. De acordo com Davi Leal (2013) as mudanças desse período foram geradoras de maior impacto na vida de povos indígenas e dos chamados 'ribeirinhos e beiradeiros' que viviam as margens do rio Madeira.

No que tange a população presente na freguesia, lançamos mão dos dados presentes no Recenseamento Geral de 1872 para melhor entender a demografia da freguesia de Manicoré. Outrossim, o trabalho da historiadora Patrícia Melo, que também analisa os dados do Recenseamento, foi de fundamental importância para efeitos comparativos com a capital da Província, principalmente no que concerne as categorias de cor desse levantamento.

Os caboclos representavam a maior parte da população de Manaus, cerca de 64%, os Pardos com 13%, Negros com 3,5% e os brancos e livres com 19,5%, o que para a autora são números significativos, uma vez que estamos diante de uma região marcadamente indígena (Melo, 2014). Sobre a freguesia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré, os dados apontam para 43,31% de brancos livres, apenas 6,16% de Pretos, 13,29% de Pardos, e os Caboclos representam 37,24% da população. Para Manicoré, pode-se afirmar que a presença de indígenas, tal como na província, é uma característica acentuada, mesmo os brancos livres representando a maioria no Recenseamento.

A historiografia sobre o século XIX que versa sobre o Madeira se utiliza de jornais, relatórios de presidente de província, relatos de viajantes, processos criminais e, embora esteja embasada em variadas fontes, poucos são os trabalhos que utilizam o registro de batismo, sendo este trabalho inédito quanto aos registros de Manicoré²⁴. Sobre a cidade, a riqueza de documentação ainda não recuperada ou pouco investigada são inúmeras, principalmente quanto aos registros paroquiais. Dessa forma, essa pesquisa vem preencher lacunas dentro da historiografia regional, além de contribuir para os estudos sobre a escravidão negra no Amazonas. Dito isto, urge a necessidade de se debruçar sobre o estudo das pequenas vilas e freguesias da região do Madeira, levando em consideração a carência de trabalhos sobre o tema.

²⁴ Para mais detalhes ver: ROSA e COSTA (2020); ROSA (2020); LEAL (2013); ALMEIDA (2009)



O conceito de Famílias e o Sistema de Compadrio: uma breve discussão

Através dos estudos da Demografia Histórica, uma série de problemáticas sobre a sociedade vieram à tona. De acordo com Maria Marcílio, especialista nos estudos de história demográfica, principalmente a partir de 1960 algumas realidades puderam ter melhor visualização, a começar pelo mundo da infância que, tendo uma escassez de testemunho, pôde ser resgatado em diversas variáveis sociais, assim como o mundo das famílias, que foi penetrado por novos ângulos e novas descobertas por meio das análises desse *domínio historiográfico* (Barros, 2005). Para efeito de exemplo, a temática sobre as crianças no Brasil pôde ser descortinada através dos altos índices de filhos ilegítimos fora das comunidades escravas, do concubinato, que “chegou a caracterizar boa parte senão a maioria das uniões no Brasil católico, de ontem e de hoje”, dos nomes escolhidos para as crianças diante do batismo (Marcílio, 2004, p.19). As profissões e o mundo do trabalho no Brasil colonial e imperial são temas que podem ser visualizados através da Demografia Histórica.

É dentro desse mundo chamado história das famílias que se encontra a problemática desse projeto: o sistema de compadrio das famílias escravas. Antes de apresentar alguns trabalhos que também utilizam este tema, cabe enfatizar aqui o conceito de Família. Sobre as famílias escravizadas, nos aproximamos do entendimento de Slenes (2011) ao entender que a família cativa – nuclear, extensa, geracional – possibilitou a construção de uma ‘comunidade’ escrava. Embora as escolhas dos escravos estivessem sobre o domínio dos seus senhores, a família era um espaço que criava melhores condições de sobrevivência.

Em se tratando do mundo ocidental, aqui alia-se a perspectiva da historiadora Sheila de Castro Faria sobre o título “história da família”, ao ponderar ser mais correto pluralizar este nome, substituindo por história das famílias. Essa concepção se dá pelo fato de a família ter múltiplas formas de se compor, pois não segue somente um padrão patriarcal e extenso (Faria, 1997).

No que concerne ao Brasil, o conceito de família patriarcal foi por muitos anos definido como o único sistema familiar. Dito isso, a antropóloga Mariza Correa tece críticas a este conceito, muito difundido por Gilberto Freyre e Antônio Candido, por acreditar que exista uma homogeneização histórica por meio desses dois autores quanto a formação da família brasileira. A concepção dos dois autores se alicerça na visão dualista (casa grande e a senzala) acerca do padrão familiar patriarcal, onde os lugares



sociais estão fixos, mudando somente os personagens durante o tempo, sendo um modelo dominante de onde surgem as demais relações sociais. Em relação à Antônio Candido, as críticas são mais ácidas por expandir este conceito como o modelo familiar durante três séculos - XVI e XIX (Corrêa, 1982).

Outros estudos também reafirmam essa concepção equivocada de modelo de família. Argumenta-se que o conceito de família brasileira passou a ser sinônimo de patriarcal e como um conceito utilizado como sinônimo de família extensa, tendo, nesse sentido, uma única ideia de modelo familiar. Diante da diversidade do espaço e ocupação do território brasileiro, essa redução limitaria muito a análise da configuração das famílias, centrando-as dentro do engenho (Samara, 1987, p.6).

Os trabalhos da demografia histórica apontam para essa mesma direção. Verifica-se a partir das pesquisas recentes que as estruturas mais simplificadas e com um menor número de integrantes prevaleceram, tais como: famílias pequenas, de solteiros e viúvos, de mães e filhos sem pais (Roosenberg, 2009). Para a cidade de São Paulo e algumas paróquias de Minas Gerais, na virada do século XVIII para o XIX, o modelo de família extensa de tipo patriarcal não se sustenta. Além disso, observou-se uma substantiva predominância de fogos (domicílios) chefiados por mulheres, permitindo repensar sobre o papel feminino naquela sociedade (Faria, 1997, p.320).

Nesse caminho, o trabalho da historiadora Costa (1998) apresenta uma discussão sobre os fogos chefiados por mulheres e as famílias monoparentais na cidade de Campinas (SP) em 1829. A autora evidencia que estratégias foram tomadas visando a sobrevivência quando houve mudanças na organização produtiva da sociedade e nas fases do ciclo da família, na qual as mulheres passaram a ter uma posição de liderança. Sendo assim, os novos estudos cada vez mais diversificam as organizações familiares no Brasil, evidenciando múltiplas estratégias e relações construídas nesse vasto território.

Feito uma apresentação sobre famílias, falar-se-á sobre as famílias de escravos, apresentando algumas leituras sobre o sistema de compadrio em outras regiões. No período imperial, em especial, a instituição familiar teve importância fundamental para a manutenção e funcionamento das atividades econômicas e, também, nas relações político-social que conferiam aos indivíduos um status (Faria, 1997).

O sistema de compadrio, nesse sentido, funcionava como uma ferramenta de apoio, por via da qual buscava-se construir uma rede de solidariedade entre os padrinhos e os pais. No interior das relações familiares, esse sistema desempenhava um importante papel, uma vez que ao estabelecer laços parentais, embora fictícios, abriam-se portas para



as relações seja com seu próprio grupo, com a elite local ou juntamente com homens livres pobres e forros (Andrade, 2017).

Estudos como o de Renato Venâncio trazem alguns apontamentos quanto as alianças a partir do apadrinhamento serem firmadas entre os próprios cativos e, também, entre os indivíduos na condição livre. O historiador, a respeito do sistema escravista, aborda sobre os dados mineiros no oitocentos e, também, de baianos e paulistas do século XVIII. O argumento do autor afirma que essas três áreas citadas são periféricas ao sistema de tráfico de escravos ou recebiam poucos escravos africanos, tendo uma prevalência de homens livres (sem pertencer a classe senhorial) para o apadrinhamento. Já para os estudos sobre os grandes plantéis de Taubaté e as áreas canaveira de Campos, no Rio de Janeiro, em fins do século XVIII e início do XIX tem-se a presença forte de alianças entre cativos, pois:

As regiões de compadrio intenso entre escravos seriam aquelas de tráfico também intenso e que, por isso mesmo, estariam vivendo um período de expansão econômica. No sentido de reforçar essa explicação, cabe lembrar que as áreas mais dinâmicas tinham uma hierarquia social mais pronunciada, assim como maiores plantéis, o que propiciava a multiplicação de compadres no interior de uma mesma fazenda (Venâncio, 2003, 601).

Outro trabalho que apresenta uma discussão semelhante a respeito do compadrio entre cativos é o estudo de Paulo Moreira sobre as redes sociais, familiares e étnico-raciais da população da capital da província do Rio Grande de São Pedro, entre 1831 e 1850. O historiador apresenta um total de 4.698 batismo de escravos cuja origem dos batizados aparecem nos registros. Esses dados apontam que “entre os crioulos²⁵, 57,58% dos padrinhos e 54,73% das madrinhas eram escravos ou forros; e entre os africanos, 77,71% dos padrinhos e 53,27% das madrinhas pertenciam a este grupo” (Moreira, 2014).

Numa tentativa de compreender os percentuais citados acima, Paulo Moreira apresenta outros dados sobre Porto Alegre, apontando que ali se tinha uma lógica exógena de apadrinhamento, visto que “83,62% dos padrinhos e 83,92% das madrinhas escravas eram de plantéis diferentes dos senhores dos batizados e o restante (16,38% e 16,08%) compartilhava a senzala com os afilhados” (Moreira, 2014, p.324). Para os africanos, tem-se a mesma lógica, em que 71,77% dos padrinhos e 78,66% das madrinhas escravas não pertenciam, como ele supõe, da família senhorial dos batizados que foram encontrados nos registros.

²⁵ Entende-se por Crioulos, recém-nascidos no Brasil.



Nesse sentido, a maior parte dos apadrinhamentos foram entre os cativos ou forros, numa sociedade cujo quantitativo de escravos chegaram a 5.823, levantados pelos inventários *post-mortem*, e 710 plantéis, também inventariados em Porto Alegre, entre 1831 a 1850. Assim, esses resultados apresentam uma população de cor (escrava e forra) e a existência de um “positivo mercado para a composição de parentescos rituais ou simbólicos, com uma variada oferta de padrinhos e madrinhas, dentro da própria comunidade negra” (Moreira, 2014, p. 325).

Trazendo essa discussão para a Amazônia, trabalhos como o de Daniel Barroso e Eliane Soares são elucidativos acerca do compadrio envolvendo as famílias de escravizados e a elite. O primeiro analisa o compadrio e casamento que os diferentes grupos familiares executaram em Belém a partir dos registros do Curato da Sé de 1840 a 1870 e a segunda investiga as redes e as relações construídas pelas famílias da ilha do Marajó durante os séculos XVIII e XIX

O estudo de Soares (2010) apresenta como o casamento e o compadrio foram mecanismos muito utilizado tanto pelas famílias abastadas quanto pelas famílias em posição hierárquica inferior, como formas de criar laços de proteção e cuidado, mesmo que os padrinhos não possuíssem tantos recursos ou status social. Apresentando algumas das nuances do compadrio, a historiadora indica que existem dois tipos básicos de compadrio: as relações geradas dentro do âmbito familiar por parentes consanguíneos e as relações por afinidade, podendo ser tanto vertical quanto horizontal.

Um dos casos trabalhados pela autora que demonstra essas relações por afinidade é o de Leocádio, pertencente à família Ferreira Ribeiro, uma das mais convidadas a pia batismal na década de 60 e 70 do século XIX. O padrinho é compadre de um rol de desconhecidos na vila de Ponta de Pedras, tendo como afilhados filhos ilegítimos, de pais incógnitos. Além disso, na função de padrinho, Leocádio possui alta incidência com mulheres, em que dos 18 batizados 13 eram mulheres, das quais 4 eram escravas, pretas, mulatas ou cafuzas. Na posição de convidar para serem seus compadres, Leocádio escolhe padrinhos de famílias de prestígio na vila, configurando uma relação de caráter vertical. Dessa maneira, na figura de Leocádio os laços de compadrio apresentam:

Uma dinâmica de aproximações sociais nos dois sentidos, horizontal e vertical, o que reforça a hipótese de que o compadrio ou parentesco fictício se defina também, além do ritual religioso, como um canal para movimentações dos sujeitos, aferição ou consolidação de status nos variados grupos sociais, que apesar das diferenças, compartilhavam experiências cotidianas que muitas vezes eram mediadas, amenizadas ou tensionadas através desse vínculo simbólico (Soares, 2010, p.150).



O estudo de Barroso (2014) também apresenta essas características do compadrio pontuado no trabalho de Eliane Soares. Aqui queremos destacar tanto o compadrio envolvendo as elites tradicionais e sua relação com outros seguimentos sociais, quanto a tendência geral encontrada pelo autor no compadrio de escravos.

O historiador após fazer uma análise das relações de compadrio entre elite-elite, demonstra que o sentido social do compadrio estabelecido pela elite tradicional ao contrair laços com outros segmentos sociais acaba por fortalecer seu *status* social ao passo que contribui para reforçar uma clientela em torno de suas famílias de elite. De outra ordem, como afirma Barroso (2014) para os indivíduos em condições inferiores ou em ascensão social, estabelecer relações com esses segmentos os remontaria benefícios de ordem social, simbólica e econômica.

Quanto ao compadrio de escravos, Barroso aponta que em linhas gerais, existe uma concordância na historiografia sobre as possibilidades da escolha de padrinhos se pautarem a partir da quantidade da escravaria e a forma pela qual os cativos se organizavam em torno do parentesco espiritual. Dessa forma, após analisar alguns padrões de escolha, o autor entende que certas questões mais gerais são evidenciadas dentro do compadrio de cativos na Belém oitocentista:

A busca por padrinhos livres e o equilíbrio entre os percentuais de livres, escravas e Nossas Senhoras enquanto madrinhas pode revelar uma maior preocupação dos escravos com o estabelecimento de relações sociais com homens de condição livre, que em tese poderiam garantir-lhes suporte social para fora do cativeiro (Barroso, 2014, p.131).

Dessa maneira, é possível perceber que para fazer um estudo das redes de compadrio é preciso ter muita atenção aos registros e pormenorizar a análise dos dados que se apresentam, para, assim, melhor visualizar os arranjos sociais feitos pelas famílias em relação as suas alianças de parentesco. Além disso, deve-se buscar entender quais as atividades produtivas da região estudada para saber sobre a intensidade (ou não) do fluxo de escravos e como esse fato interfere nas relações de compadrio.

Feito uma breve apresentação sobre a discussão do conceito de família e as relações de compadrio em algumas regiões do Brasil, no próximo tópico passaremos a apresentar os registros de batismo da freguesia de Manicoré e alguns dados que foram analisados nessa pesquisa como as taxas de legitimidade/ilegitimidade no povoado. Outras temáticas que também serão expostas carecem de estudos mais cautelosos como a grande presença de indígenas na fonte e sobretudo sua participação nas relações de compadrio da freguesia.



Apresentação dos registros de batismo de Manicoré

A respeito dos registros de batismo, existem variados estudos que lançam mão sobre este tipo de documento para analisar as redes de solidariedade, clientelismo, sistema de compadrio e outras práticas sociais típicas do recorte temporal. Assim, o sacramento do batismo ultrapassava o limite religioso, pois atuava como “um importante instrumento de solidariedade e de relações sociais (...) para os escravizados, assim o batismo foi um espaço para engendrar laços de proteção e ajuda mútua” (Nepomuceno, 2017, p.69).

Os registros de batismo possuem uma vasta rede de informações, como assegurava Maria Marcílio, pois foi pensado para “servir como um instrumento que distinguisse e controlasse cada um dos membros da Igreja Católica” (Marcílio, 2004, p.14). Nela constam a data do batismo, o nome do batizando (as vezes completo), os pais e mães (quando conhecidos), local da residência dos pais ou responsáveis e o nome de pelo menos um padrinho, que atuava como testemunha do ato e, igualmente, passava a ser um parente espiritual – tornando-se responsável pelo afilhado em caso de óbito dos pais. Por fim, constava ainda a assinatura do vigário responsável pelos batismos.

Para essa pesquisa, foram seis livros utilizados, totalizando 2458 registros de batismo de 1868 a 1880. No banco de dados constam categorias interessantes para serem analisadas como a presença de indígenas sendo batizados em propriedades de comerciantes e donos de seringais, os índices de legitimidade e ilegitimidade, os indivíduos classificados como adultos e o grande indicativo de migração na região. Além disso, para a freguesia de Manicoré, não se tem um livro específico para os escravos e livres, pois todos são inclusos num só, diferentemente de outras localidades, como a freguesia da Sé no Rio de Janeiro, cujo o “crescimento da escravidão de origem africana e o resgate atlântico de cativos em fins do século XVII” revelam o desenvolvimento da escravidão, como afirma Guedes (2014). Contudo, mesmo a organização dos livros sendo diferente, os registros têm nos apresentado dados importantes para pensar a escravidão.

Os dados demográficos da freguesia em 1872, mesmo com informações precárias, apontam para a preponderância total de 5.343 almas, com 163 escravos e 940 estrangeiros. A presença dos migrantes é um fator a ser ponderado em outras pesquisas, tendo em vista o grande deslocamento de pessoas para o Rio Madeira em decorrência da demanda da borracha no mercado internacional. Sobre o quantitativo de escravos, os números abarcam somente os Pretos e Pardos, pois “os índios e tapuios são legalmente livres” (Melo, 2014).



Em se tratando dos indígenas, as fontes revelam no momento algumas etnias presentes nessa sociedade (ver tabela 1). Além disso, um dado interessante que aqui se destaca é a presença de adultos sendo batizados e, embora o número seja pouco expressivo, um fato nos chama a atenção. Dos 21 adultos batizados, 17 são declarados indígenas.

Dentre esses adultos, foi identificado junto aos registros de 24 de fevereiro de 1870 o indivíduo Manoel, natural de Cantão no Império da China. Este não possui nome dos pais, tendo apenas os padrinhos, que muito se repetem nos registros, são eles: Major Manoel Pereira de Sá e Dona Izabel Maria Clara de Sá. Vale chamar atenção para um detalhe na data deste registro, pois ele consta como 24/02/1840 e o período em que foi lançado pertencia ao ano de 1870. Se foi erro (ou não) do Vigário, cabem mais investigações para analisar esses sujeitos que indicam a internacionalização comercial da região e as redes estabelecidas.

Outra presença importante nos registros são os bolivianos, com uma estimativa de 264 bolivianos declarados, sendo muitos do Beni e de Santa Cruz de La Sierra. Não fizemos um trabalho acurado a respeito dos outros bolivianos não declarados, mas existem fortes indícios de que o número destes é muito maior. Acreditamos nisso por termos alguns nomes de padrinhos e madrinhas apresentados como bolivianos em alguns registros e em outros, o pároco não descreve essa especificação. Dentre eles, a presença de Manoel Telesforo Salvatierra é muito significativa para pensar o processo de internacionalização da região, as fronteiras extrativistas na Amazônia e os conflitos advindos desse processo.²⁶ Embora tenhamos interesse nesse assunto, como já foi dito acima, a presença de migrantes no Rio Madeira é uma questão que tem se desenvolvido de forma mais aprofundada em outras pesquisas.²⁷

²⁶ Em relação a introdução dos bolivianos na região, as historiadoras Jéssyka Sâmia da Costa e Paula Rosa apontam que principalmente em meados do século XIX com a alta demanda pela borracha no âmbito do mercado mundial, os comerciantes bolivianos visualizam uma baixa no valor da quina no mercado internacional, uma das principais mercadorias exportadas do departamento do Beni. Esse fator fez com que negociantes e proprietários, em 1840 e 1850, vindos em grande maioria de Santa Cruz de La Sierra, a trazerem muitos trabalhadores indígenas provenientes das missões de Mojos e Chiquitos para trabalhar na extração de quina, produção agrícola e o transporte fluvial. Nesse sentido, as margens do rio Madeira passaram a ser cada vez mais ocupada através desse fluxo migratório. Foi através desse processo que Manoel Salvatierra em 1871, com 26 anos, desceu o Madeira acompanhado de encarregados e indígenas bolivianos domesticados. Salvatierra se tornou um grande comerciante, envolvido em disputas, por vezes sanguíneas, por terras, mas sobretudo, foi um agente histórico que possibilitou compreender a grande presença dos bolivianos no rio Madeira, já que este “se tornou o epicentro de uma rede migratória de bolivianos, pequenos comerciantes oriundos de Santa Cruz de La Sierra e indígenas dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos, para o rio Madeira.” p.224. Tudo isso está muito bem apresentado em ROSA e COSTA (2021).

²⁷ Para mais informações sobre o tema, ver: Rosa (2019).



A presença dos indígenas na fonte responde a aproximadamente 8,50% dos registros, principalmente na residência de Amaro Maurício Marques, proprietário de um seringal. Entre finais de 1870 a meados de 1872 o número de residências onde ocorreram muitos batizados aparecem com frequência nos registros, totalizando 301 batizados em casas de pessoas pertencentes a um grupo social elevado naquela freguesia, como alferes, tenente, donos de seringais. Nos livros constam 162 indígenas com etnias declaradas e 209 indígenas declarados no total. Desse total 28,39% foram batizados na residência de Amaro Maurício Marques e 51,23% foram batizados na paróquia de Manicoré. Nessa via, é possível perceber a grande concentração de indígenas nessa propriedade, visto que depois da paróquia, é a casa de Amaro Marques que mais recebe esse grupo. Isso nos leva a pensar, também, qual a função que estes sujeitos desempenham nesse local e quais os laços que estes possuíam.

Tabela 1. Etnias indígenas presentes nos registros de batismo nos anos entre 1868 a 1880.

| Etnias Indígenas (1868-1880) | |
|-------------------------------------|-------------------|
| Nomes | Quantidade |
| Arara | 14 |
| Matanaué | 2 |
| Mundurucú | 11 |
| Muras | 122 |
| Pirahan | 1 |
| Turá | 9 |
| Urupá | 3 |

Fonte: Livros de Batismos de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868 a 1880)

Uma questão a ser apresentada aqui se refere ao grau de legitimidade/ilegitimidade dos batizados, em que se notou um grande quantitativo de pais incógnitos nos registros. O livro “Rastros da Memória”, fruto do trabalho coletivo, foi de grande ajuda para pensar os registros de batismo no âmbito da historiografia regional. Em um capítulo destinado a discutir etnias e legitimidades, Melo e Nascimento apresentam o universo da (i)legitimidade em Manaus, abordando como, de certa forma, se entendia que “a legitimidade da família parecia estar vinculada às próprias relações hierárquicas da sociedade: enquanto a família dos senhores era ‘legítima’ e abençoada

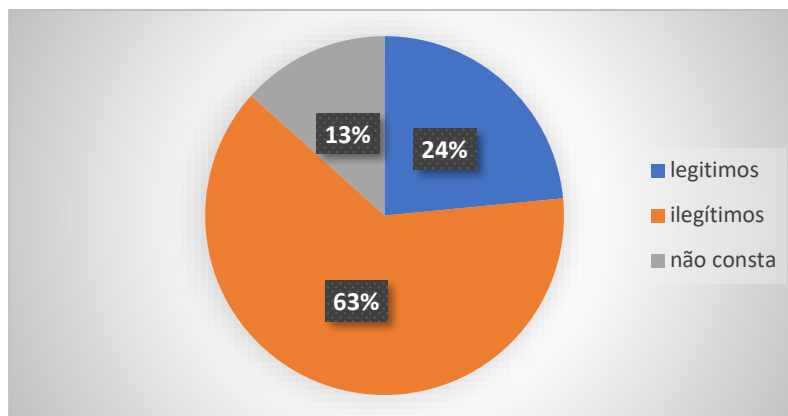


pela igreja’, a de seus escravos e trabalhadores indígenas era promíscua e ‘ilegítima” (Melo; Nascimento, 2006, p.173).

Ser legítimo nesse contexto, refere-se a ser filho de pais cujo a união é reconhecida pela Igreja Católica por meio do matrimônio; e as crianças nascidas de uniões consensuais eram definidas como “ilegítimas” no decorrer do século XIX. A hipótese defendida pelas autoras vai de encontro a ideia de ser a legitimidade vinculada somente a um grupo específico. O argumento é de que a frequência de filhos “ilegítimos” não está restrita a um determinado grupo social/étnico e, sim, expandida em toda sociedade. Os dados apresentados por elas apontam que, do total de 2.513 registros da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Manaus) entre 1835 a 1845, 47% são ilegítimos, 37% legítimos e 16% sem informação. Além disso, a fonte apontou a resposta para a hipótese inicial de que não se pode relacionar “as altas taxas de ilegitimidade a determinados grupos sócio/étnicos considerando que apenas 7% dos registros apresentam a combinação das variáveis etnias declaradas e ilegitimidade” (Melo; Nascimento, 2006, p.191)

Para este trabalho, os dados não acusam um resultado diferente, dos 2.592 registros, 1.637 são apresentados como naturais, 346 não consta e 608 como legítimos. Analisar a categoria legítimo/ilegítimo requer algumas ponderações, visto as especificidades da fonte. Nesse caso, temos uma quantidade de seis padres registrando, o que implica em uma variabilidade de informações e definições sobre essa categoria como a presença de “pais incógnitos, ignora-se, natural, não consta”. Os considerados como ilegítimos são os descritos como naturais. Na descrição dos registros a maioria possui a presença da mãe e as vezes acompanhada de “pai incógnito” e em outras é descrito o nome do pai e mãe. Nos casos de “não consta”, em alguns registros aponta-se essa definição e em outros não existe nada antes da filiação, por isso inferimos o “não consta” quando ocorreram essas situações.

Gráfico 1: Legitimidade e Ilegitimidade



Fonte: Livros de batismo da paróquia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868-1880)

Para pensar sobre o mundo da ilegitimidade, buscamos, também, o trabalho de Adenir Peraro (1999) a respeito das altas taxas de ilegitimidade em Cuiabá, onde dos 4.269 registros de 1853 a 1890, 43,5% constam como filhos naturais²⁸. Tendo em vista as limitações da fonte, a autora sugere não perder de vista a especificidade histórica do local estudado. Em sua pesquisa, a condição de fronteira que a região do Mato Grosso possui é uma característica importante para explicar os altos índices de ilegitimidade nessa sociedade, visto a organização exigida para manter um aparato militar permanente nas fronteiras. Dessa forma, devido a necessidade do recrutamento da população masculina, a mudança no interior das famílias acarretava a necessidade de forjar uma organização e substituição dos papéis entre homens e mulheres.

Este trabalho, que por ora também apresenta um alto índice de crianças ilegítimas, se baseia nesses estudos para construir respostas a essas questões. Em se tratando da paróquia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré, podemos caracterizá-la, também, como uma região de fronteira extrativista com diversas regiões (Bolívia, Mato Grosso, Manaus, Belém), tendo em vista a grande produção e escoamento de goma elástica na cidade. Nesse sentido, por ser uma área de fronteira muito visada, esse fator pode ajudar a compreender essa forma de organização familiar diferente daquela proposta pela Igreja Católica, qual seja, as famílias legítimas.

As alianças de Compadrio na Freguesia de Manicoré

Os estudos acerca da escravidão africana no Amazonas, durante muito tempo, caíram no esquecimento. Esse silenciamento se construiu a partir de argumentações como a do historiador Arthur Reis, ao apontar a pouca presença do contingente africano no

²⁸ Filhos naturais são concebidos por pais que não são casados



Amazonas. Além disso, no que concerne a mão de obra, o autor afirma que os indígenas seriam os mais requeridos devido a familiaridade com o espaço e as atividades econômicas desenvolvidas, diferente dos africanos, que poucos conhecimentos tinham da região (Reis, 1994, p.13 apud Cavalcante, 2015).

Trabalhos coletivos como “O fim do silêncio”, organizado pela historiadora Patrícia Melo (2011), vem na contramão dessas afirmações. Os artigos desse livro discutem diversas temáticas sobre a presença negra na Amazônia, a começar pelo papel desses agentes históricos para a economia da região, suas formas de resistir através das fugas e arranjos familiares, suas festividades religiosas, suas práticas culturais, entre outros aspectos.

Inspirado nesses estudos, aqui se elucida o apadrinhamento dos escravos no intuito de montar suas redes de proteção através dos registros de batismo. O sistema de compadrio será usado como uma ferramenta para identificar estratégias pelos quais os pais das crianças escravizadas buscavam ou aceitavam como padrinhos de seus filhos pessoas de mesma condição social ou de posição mais elevada.

Devido aos fortes limites nos registros de batismo quanto as informações sobre as condições sociojurídicas dos padrinhos, a questão geracional dos pais, profissão dos envolvidos, entre outras, tecer uma conclusão sobre o apadrinhamento nos parece arriscado, dada a quantidade de cativos registrados. Embora seja um resultado de pesquisa, os números não nos possibilitam compreender de maneira assertiva um padrão de escolha, apenas aponta-lo.

A partir da sistematização dos registros no banco de dados, foi possível perceber 44 escravos, 9 libertos e 4 ingênuos. Dentre esses registros, as mães, madrinhas e padrinhos são apresentados como cativos e quanto aos batizados essa descrição não aparece. Por esse motivo, inferimos que são escravos aqueles cuja distinção de libertos não consta no registro. Esses números resultam em 1,79% de escravos presente nos registros. Os números, apesar de serem baixos para um espaço de tempo de 12 anos, nos permitem mapear alguns donos de escravos e os padrinhos e madrinhas desses cativos. Assim, mais a frente, será possível nos debruçarmos de maneira mais específica sobre esses nomes, no intuito de apresentar essas relações de compadrio entre os escravizados e seus compadres e comadres.

São 20 mães, 10 madrinhas, 6 padrinhos e 8 batizados escravizados. Quanto ao apadrinhamento entre cativos, foi encontrado apenas um registro. É o caso de Lauriana, escrava de Manoel de Souza Cardoso, que amadrinhou a filha de Maria, escrava do



mesmo proprietário. Os outros padrinhos e madrinhas escravizados aparecem com a relação de compadrio com outros sujeitos livres.

Tabela 2. Condição Jurídica das Mães

| | |
|-------------------|------|
| Casadas | 607 |
| Escravas | 20 |
| Ilegível | 1 |
| Infiel | 8 |
| Não consta | 1944 |
| Solteiras | 9 |
| Viúvas | 2 |

Fonte: Livros de Batismos de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868 a 1880)

O estudo de Daniel Barroso faz uso dos inventários do proprietário Joaquim Antônio da Silva referente ao engenho do Bom Intento no Pará, juntamente com os batismos e casamentos dessa propriedade. A análise feita pelo historiador apresenta como o casamento e o compadrio nos batismos atuaram na configuração de uma comunidade escrava que perpassava as fronteiras dessa comunidade. Esta análise se aproxima deste trabalho por apresentar o sistema de compadrio dentro de uma propriedade, apresentando a interação social dos escravos com as demais pessoas, sejam livres ou escravas, que faziam uso do espaço para realizações de casamentos e batismo (Barroso, 2014).

Foi possível perceber que, para o matrimônio, a interferência do administrador Januário Antônio da Silva, irmão do proprietário, foi feita de maneira incisiva. Viu-se que para os casamentos legítimos seguiu-se a configuração endogâmica, por meio da intromissão do proprietário, que buscava fortalecer a reprodução biológica deste grupo no engenho. Quanto aos ilegítimos, o controle não era visível e havia uma presença maior de cativos de outros engenhos, tanto para os noivos quanto para os padrinhos. Em relação ao batismo, Barroso aponta que as práticas de compadrio dos escravos do Bom Intento:

Aproximavam-se das tendências apresentadas pelas regiões mais afastadas de Belém, onde a alta concentração de cativos ascendia à incidência da escolha de compadres e comadres de condição escrava e, por conseguinte, à preferência pelo estabelecimento de vínculos horizontais de compadrio (Barroso, 2014, p.115)

Esse resultado nos leva a pensar aquilo que já foi apresentado nesse trabalho sobre os laços espirituais de compadrio entre escravos serem em alto grau nas localidades cujo



fluxo de cativos é numeroso. Vê-se que essa tendência segue para outras localidades do Brasil.

Em relação a esta pesquisa, diferente dos batizados de indígenas, os de escravizados foram realizados em poucas propriedades, dentre elas de Amaro Maurício Marques e João Luiz Alves. Os demais foram realizados na paróquia e na capela de São João do Crato. Dentre os padrinhos e madrinhas escravizados, apenas uma criança é amadrinhada por uma escrava, nos demais nem padrinho ou madrinha constam como escravos. Isso nos faz pensar que existe a preocupação na escolha dos padrinhos e madrinhas livres, possuidores de prestígio social na freguesia, para que os recém batizados possam ter alguma segurança naquela sociedade.

Índices semelhantes foram encontrados na análise de Cavalcante sobre a província do Amazonas, onde consta que a totalidade de padrinhos de criança ingênuas²⁹ é formada por pessoas livres, contendo proprietários de escravos e comerciantes, delegados de polícia, médicos, entre outras funções.

Foi constatado dois apadrinhamentos de um proprietário de escravos que no ato do batismo concedeu a liberdade as suas recém afilhadas. São elas Faustina e Zeferina, filhas de Joana, escrava do alferes Miguel Ignácio Tenório e sua esposa, Dona Raimunda Correa de Miranda Tenório. No mesmo dia, Gregório, filho de Antônia, foi liberto pelo mesmo senhor na pia batismal, tendo como padrinho o Alferes Miguel Carolino Tenório.

Nos chama atenção a criança ser alforriada alguns meses antes da lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, sendo um escravo, nesse contexto, um patrimônio e uma forma de gerar riquezas. Infelizmente não conseguimos mais detalhes acerca da mãe desses dois escravizados, a lista de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação foi consultada e lá não constava nenhum escravo a ser liberto vinculado a Miguel Ignácio.³⁰ Nos jornais também não foi possível encontrar muitas informações. Nesse sentido, à primeira vista, entendemos que Miguel Ignácio concedeu a liberdade por generosidade, o que não deixa de ser possível, no entanto, os estudos de Pozza Neto (2011) nos indicam um padrão contrário a isso. Por outra ordem, talvez Joanna mantivesse uma boa relação com seus patrões, tendo em vista que dois dias antes

²⁹ Crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871.

³⁰ O proprietário, dono de um seringal chamado São João do Crato, leva 3 escravizadas para batizar suas crianças. No total são 6 batismos, onde três rebentos são libertados. Além disso, o proprietário possui mais um escravo que no mesmo período (23/06/71) está apadrinhando uma criança de pais legítimos. Dessa forma, compreender o sentido das manumissões dentro dessa propriedade seria um caminho interessante para a pesquisa. No entanto, ainda não conseguimos as fontes necessárias para isso.



do batizado de suas filhas, ela apadrinha junto a Manoel Carolino Tenório a filha de Maria Soares da Conceição. A última também aparece vinculada ao compadrio junto a Miguel Ignácio e Manoel Carolino em outras ocasiões. Dessa maneira, a rede de compadrio em que a escrava Joanna e suas filhas recém libertas estão inseridas abrem portas para se investigar, de modo mais específico, as relações clientelísticas de Miguel Ignácio Tenório, as manumissões em Manicoré e o sentido do compadrio para as cativas desse mesmo senhor.

Os estudos sobre o compadrio de escravos apresentam um cenário onde é incomum os senhores apadrinharem seus cativos, como aconteceu de fato na freguesia de Manicoré. No entanto, Miguel Ignácio e sua esposa ao selarem esse laço de compadrio com sua escrava, nos permite pensar que havia ali uma tentativa de manter esse controle referente a sua escravaria e da parte da mãe, estreitar os laços de amizade e proteção as suas filhas por parte dos seus senhores (Machado, 2006; Brügger, 2004; Senna, 2020).

Para além dos diversos batizados de indígenas realizados na residência de Amaro Maurício Marques,³¹ foi batizada Francisca, filha de Ana, libertada no ato do batismo por João Pedro Fernandes. Os padrinhos escolhidos foram o comerciante e seringalista Maurício Marques e Clara Cândida de Jesus. No batizado de Raimundo, filho de Libânia e escrava de José Ferreira Costa, foram padrinhos Manoel Benedicto d'Almeida Carneiro e sua esposa Joanna Pereira de Jesus. Sobre esses últimos padrinhos, não temos informações a respeito de sua profissão. Por esse motivo, buscamos as relações estabelecidas com outros sujeitos da freguesia. O casal escolheu para compadre e comadre, Roberto Marques Botelho pertencente à família proprietária de um seringal e Barbara Pereira de Sá, filha do tenente-coronel Manoel Pereira de Sá.

O filho da escrava Porcina, cujo nome do proprietário não aparece, recebeu como padrinhos Joaquim José de Almeida Costa e Izabel Maria Clara Pereira de Sá, duas figuras importantes na região do Madeira. O primeiro é um agente procurador do consulado português “comerciante e seringalista de alto rendimento e prestígio social dentro da sociedade madeirense” (Rosa, 2019, p.94). A madrinha é esposa do tenente-coronel

³¹ Amaro Maurício Marques é proprietário de um seringal situado no rio Baetas, distrito da freguesia de Manicoré. Ver: Figura 1 em Rosa e Costa (2021). Outro fator interessante é a realização de batismos fora da Igreja, esse evento era algo que só acontecia em propriedades onde tivessem uma capela ou oratório, onde o dono possuía um status social. Como exemplo disso, se tem o trabalho de Daniel Barroso a qual explica que em virtude da pouca estruturação e organização da Igreja no distrito de Bujaru, no Pará, os batizados e matrimônios de boa parte da população local do distrito eram realizados num oratório e posteriormente numa Capela no Bom Intento. Ver: Barroso (2014).



Manoel Pereira de Sá, proprietária de escravos e responsável por diversos apadrinhamentos em Manicoré.

Outro comerciante Martinho José Tavares e sua esposa Mariana Pereira Brasil, estabeleceram sua aliança espiritual com a criança Margarida, filha de Maria Brite escrava de Manoel Fernandes da Silva Brasão. O capitão Fermino Antônio de Souza Coelho e sua esposa D. Leonarda de Souza Coelho apadrinharam Vicente, filho da escrava de Carlos Ferreira Mar e Francisca Rodrigues de Faria Mar.

Esses apadrinhamentos e amadrinhamentos podem indicar uma opção das mães escravas em buscar alianças de compadrio com indivíduos com posses, cargos ou famílias bem-posicionadas hierarquicamente na freguesia de Manicoré ou dos lugares onde residem, visto que alguns padrinhos pertencem a outras localidade. Isso nos sugere, portanto, que havia uma preocupação em propor um futuro com segurança a seus filhos.

Considerações Finais

Não é novidade para a historiografia a contribuição dos registros paroquiais para o entendimento da sociedade estudada. Neste trabalho, os registros de batismo apresentam um potencial significativo para conhecermos as organizações familiares, as posses dos proprietários de escravos na freguesia de Manicoré e as relações de compadrio seladas por esses escravizados acompanhados por pessoas próximas aos seus proprietários.

Esses registros nos ajudam a compreender a demografia da freguesia de Manicoré e, sobretudo, nos possibilitou mapear nomes e sobrenomes de sujeitos que possuíam uma atuação no cenário político amazonense. No rastro das famílias de escravizados, percebemos como os donos de cativos estavam criando alianças com os demais indivíduos e fortalecendo suas relações através do sistema de compadrio. Quanto a família de escravizados, os padrões de apadrinhamento e amadrinhamento indicam uma relação de caráter vertical, envolvendo eclesiásticos, proprietários de escravos, seringalista, comerciantes e militares.

Data de Submissão: 03/10/2023

Data de Aceite: 25/12/2023

Fontes

Lista de Classificação dos Escravos para serem Emancipados pelo Fundo de Emancipação do Município de Nossa Senhora da Conceição de Manaós, 1875.



Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868-1880)

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Vitória Schettini. Batismo de escravos em São Paulo do Muriahé entre meados à final do século XIX: algumas variáveis. *In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Anais [...]*, 2017.

BRÜGGER, Silva Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambú-MG, 20-24 set. 2004. *Anais [...]*, ABEP, 2003, p. 1-21

BARROS, J. D. O campo da história – a partilha n do saber histórico na historiografia contemporânea. *In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História: Guerra e Paz*, 2005, Londrina (PR). *Anais [...]*, Londrina (PR): ANPUH, 2005.

BARROSO, Daniel S. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 50, p. 93-128, 2014.

BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Uma viva e permanente ameaça**. Resistências, rebeldias e fugas escravas no Amazonas provincial. Jundiá: Paco, 2015.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. *In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação das famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambu (MG), 1998. *Anais [...]*, ABEP, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e Demografia Histórica. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João Luís R.; FERREIRA, Roberto Guedes; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs.). **Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.



MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 49-77, 2006.

MARCILIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Revista Varia-História**, Belo Horizonte, v. 31, p.13-20, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Escravidão, família e compadrio: a comunidade escrava no processo de ilegalidade do tráfico internacional de escravos (1831-1850). **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 312-337, maio/ago. 2014.

NEPOMUCENO, Talyta Marjorie. O batismo da população escravizada na cidade de Teresina no final do século XIX. **Mundo Livre – Revista Multidisciplinar Discente**, v. 3, n. 1, p. 64-83, jan./jul. 2017.

PERARO, M. A. Princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 55-80, 1999.

POZZA NETO, Provino. **Ave Libertas**: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ROOSENBERG, Rodrigues Alves. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. *In*: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, Goiânia, set. 2009. **Anais [...]**, Goiânia: UFG/UCG, 2009, p. 1-14. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf Acesso em: 09 jan. 2021.

ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no Rio Madeira** : imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ROSA, Paula de Souza; COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. O célebre Telesforo Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba: Conflitos pela posse de seringais e o mundo do trabalho no Rio Madeira (1870-1887). **Canoa do Tempo**, v. 12, n. 2, p. 199-228, 2021.

SAMARA, E.M. Tendências atuais da história da família no Brasil. *In*: ALMEIDA *et al.*, **Pensando a família no Brasil**. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

SAMPAIO, P. M; NASCIMENTO, N. A. Etnia e legitimidade: fontes eclesiásticas e história indígena na Amazônia. *In*: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho. (Org.). **Rastros da Memória**: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Fios de Ariadne**. Fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SAMPAIO, Patrícia Melo. (Org.). **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açaí; CNPq, 2011.

SENA, Divino Marcos. Batismo e compadrio no Sul do Mato Grosso (1836-1862). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 147-170, jan./abr. 2020.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, Compadrio e Relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)** Tese (doutorado). São Paulo: PUC-SP. 2010

VENANCIO, Renato Pinto. Compadrio e Rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713 – 1804. *In: V JORNADA SETECENTISTA*, 2003, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003, p. 598-607.

